

Projeto Caboclo: entre os grandes projetos e a Amazônia para si mesma

Fabício Ribeiro dos Santos Godoi

Fabício RIBEIRO DOS SANTOS GODOI 

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP); fabricao.godoi@usp.br

RIBEIRO DOS SANTOS GODOI, Fabrício. Projeto Caboclo: entre os grandes projetos e a Amazônia para si mesma. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 19, e 551, jul. 2025

data de submissão: 18/02/2025

data de aceite: 10/05/2025

DOI: 10.51924/revthesis.2025.v10.551

Contribuição de autoria: Concepção; Metodologia; Redação - rascunho original; Redação - revisão e edição: R. S. GODOI, Fabrício.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Não possui.

Uso de I.A.: O autores certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: James Miyamoto e Isis Pitanga



Resumo

O Projeto Caboclo é um documento de trabalho de apoio à criação de uma lei (e as consequentes iniciativas) que visava ampliar a ocupação da Amazônia, fixando as comunidades na terra, a partir de um processo social de baixo impacto. O autor principal, Darcy Ribeiro, era senador da república, quando defendeu o projeto em 1996. Fez uso de sua própria obra intelectual para fundamentar o projeto, além de ter recebido o apoio de intelectuais afeitos ao tema. No artigo será apresentada a gênese e a história desse projeto, bem como seu conteúdo. Se efetivado, o Projeto Caboclo poderia ter sido uma iniciativa única, que não se enquadraria nem no longo histórico de grandes projetos que acometeram a Amazônia, nem na pequena escala de intervenções locais. O estudo de suas potencialidades pode ser muito útil para a reflexão a respeito das propostas de grande escala, ou até das utopias, horizonte sempre presente na obra de Darcy Ribeiro.

Palavras-chave: grandes projetos, arquitetura e urbanismo na Amazônia, história da arquitetura.

Abstract

The "Projeto Caboclo" is a working document that aimed to support the creation of a law (and the resulting initiatives) that aimed to expand the occupation of the Amazon, settling communities on the land, based on a low-impact social process. The main author, Darcy Ribeiro, was a senator of the republic when he defended the project in 1996. He used his own intellectual work to support the project, in addition to receiving support from intellectuals interested in the topic. The article will present the genesis and history of this project, as well as its content. If carried out, the Caboclo Project could have been a unique initiative, which would not fit into either the long history of large projects that affected the Amazon, or the small scale of local interventions. The study of its potential can be very useful for reflecting on large-scale proposals, or even utopias, a horizon always present in Darcy Ribeiro's work.

Keywords: great projects, architecture and urbanism in the Amazon, history of architecture.

Resumen

El "Projeto Caboclo" es un documento de trabajo que tuvo como objetivo apoyar la creación de una ley (y las iniciativas resultantes) que apuntaba a ampliar la ocupación de la Amazonia, asentando comunidades en la tierra, a partir de un proceso social de bajo impacto. El autor principal, Darcy Ribeiro, fue senador de la república cuando defendió el proyecto en 1996. Utilizó su propio trabajo intelectual para apoyar el proyecto, además de recibir apoyo de intelectuales interesados en el tema. El artículo presentará la génesis e historia de este proyecto, así como su contenido. De llevarse a cabo, el Proyecto Caboclo podría haber sido una iniciativa única, que no encajaría ni en la larga historia de grandes proyectos que afectaron la Amazonía ni en la pequeña escala de intervenciones locales. El estudio de su potencial puede resultar muy útil para reflexionar sobre propuestas de gran escala, o incluso utopías, un horizonte siempre presente en la obra de Darcy Ribeiro.

Palabras-clave: Grandes proyectos, arquitectura y urbanismo en la Amazonia, historia de la arquitectura.

Introdução

Em tempos de emergências, sejam as climáticas, as sociais ou as políticas, as utopias parecem mais distantes, esquecidas ou enubladas. Porém é possível encontrar respostas para as questões emergentes ou, pelo menos, abrir novas trilhas de pensamento, pesquisa e proposições a partir das utopias. Muitas realizações se concretizaram a partir de idealizações inicialmente tidas como utópicas ou quase utópicas, como demonstram as cidades-jardim, as cidades modernas, Brasília, Auroville ou outras iniciativas menos grandiosas. Mesmo que tenham sido implantadas com alterações conceituais ou deturpações espaciais e depois de ocupadas tenham perdido muito de sua potência. Ainda assim, se configuram como tentativas humanas de criar espaços de sociabilidade mais nobres, de interesses mais elevados e de maior vínculo do morador com o lugar – o que é de particular interesse para o presente estudo.

A Amazônia, equivocadamente entendida como um vazio demográfico, tornou-se território objeto de propostas de ocupação no século XX. Algumas respondendo apenas às questões do contratante, como Fordlândia e as cidades novas (Serra do Navio, Tucuruí, Alta Floresta, entre outras). Tais propostas ignoram por completo os valores e saberes das comunidades pré-existentes, impondo modelos que não se adequam à cultura local – e até mesmo às questões ecológicas ou ambientais e às pré-existências. Outras propostas possuem caráter mais utópico, devido às formas alternativas de ocupação do território ou da posse da terra. É o caso da concepção inicial do Urbanismo Rural (Rego, 2016), do sistema aquaviário de Sérgio Bernardes (2021) e do Projeto Caboclo. As primeiras, ainda que utópica, foi enraizada em fundamentos pouco aderentes à realidade local. A última foi apresentada por equipe de intelectuais liderada por Darcy Ribeiro, todos pesquisadores que viveram ou já haviam se debruçado sobre a região amazônica em algum período. Esse artigo visa apresentá-la, já que é praticamente desconhecida no campo da Arquitetura e Urbanismo, bem como refletir sobre os seus potenciais para o tempo presente.

Darcy Ribeiro, Brasil Caboclo, Arquitetura e Urbanismo

Darcy Ribeiro foi um personagem *sui generis* da história brasileira. Teve carreira de destaque na antropologia, quando passou longas temporadas junto aos povos indígenas com os quais lidou em sua etnologia.

Mineiro de Montes Claros, completou a graduação em ciências sociais em São Paulo. Assim que se formou, ingressou no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), período no qual viveu por longo período entre os Ka'apor na Amazônia maranhense, em um período em que as incursões etnográficas não perduravam mais do que um ou dois meses. Depois se comprometeu com Anísio Teixeira a reformar a educação brasileira, chegando a ocupar o cargo de ministro da educação, no governo João Goulart. Nesse mesmo período implantou a Universidade de Brasília, experiência fundamental para a renovação das universidades brasileiras e latino-americanas – depois aprofundada em seu tempo de exílio (1964-1976). Antes do exílio, tornou-se ministro chefe da Casa Civil. Anos depois, ao retornar para o Brasil, teve uma experiência política de resultados concretos e de grande magnitude, ao ocupar o cargo de vice-governador do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, candidatou-se ao cargo de senador da República, também pelo Estado do Rio de Janeiro, função que ocupou até seu falecimento, em 1996, em Brasília. Na vida política, principalmente depois do exílio, teve a habilidade de reunir seus saberes nas áreas de antropologia, educação básica e universitária em suas propostas e realizações. A criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e a Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF) são os maiores exemplos. Quando senador da República, tornaria a agregar saberes distintos na proposta do Projeto Caboclo. Sua ação sempre teve duplas abordagens: de um lado o viés teórico, comprometido com o rigor e a metodologia das ciências sociais; de outro, a consciência e a vontade da ação prática, que o impelia a concretizar suas ideias por meio de instituições, algumas das vezes construídas fisicamente, ou seja, edifícios ou monumentos. Sua visão latino-americanista e integradora bloqueia qualquer interpretação regionalista de sua obra, mesmo quando representante político eleito.

Um dos principais temas estudados por Darcy Ribeiro em sua profícua obra é a formação do povo brasileiro. O conjunto de cinco obras conhecido como antropologia da civilização parte de um estudo panorâmico, mas rigoroso, do processo civilizatório, depois aplicado na América Latina, a seguir contextualizado politicamente, para finalmente propor uma Teoria do Brasil – e até uma análise em um recorte mais aproximado, quanto aos povos indígenas do país. Sua obra mais conhecida (Ribeiro, 2006)¹ explica as matrizes étnicas dessa formação, a partir do enfrentamento entre o império mercantil-salvacionista português e os povos que vivam no território que viria a ser o Brasil e as

¹ A publicação original é de 1996, mas para esse artigo foi utilizada a edição de 2006.

posteriores miscigenações, incluindo a chegada cada vez mais maciça de africanos, resultando na ampliação demográfica. Nesse período apareceria a neobrasileiridade, que tinha como característica a adequação ao lugar e a submissão a uma economia voltada à exportação. É a partir dessas matrizes que o povo brasileiro vai se formando, conforme as condições históricas, sociológicas e ecológicas, gerando diferentes “brasis”, ou formações regionais que se apresentam no território, identificáveis em suas diferenças, mas coerentes como uma unidade, que é a tese defendida por Darcy Ribeiro.

Realização derradeira e penosa dessas gentes tupis que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições, mas carregando sobrevivências que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos (Ribeiro, 2006, p. 117).

A proposta de formações regionais do povo brasileiro era composta por áreas culturais, que teriam em comum a identidade étnica protobrasileira, a estrutura socioeconômica mercantil-colonialista e uma incipiente cultura erudita. Evoluíram como “ilhas”, que dariam origem ao “arquipélago” Brasil: a cultura crioula, caipira, sertaneja, gaúcha e cabocla (Ribeiro, 2006).

A cultura do Brasil caboclo é predominante na região amazônica, que em sua análise, apesar da baixa densidade demográfica, apresentava relativamente alta unidade cultural.² No entanto, Darcy Ribeiro considerava que se tratava de uma cultura em risco, devido aos ataques à floresta, pelas bordas, e ao progressivo deslocamento das populações para as metrópoles, pelo centro. Em sua interpretação, o modo caboclo de viver apresentava grande adaptação ecológica, mas de tecnologia bastante primitiva e praticamente nula integração no sistema econômico nacional – o que é um aspecto que a tornava diferenciada entre as outras formações regionais do povo brasileiro.³ Seu fundamento histórico era o seringal, como o engenho foi para a cultura crioula, porém enraizado em dois ciclos mais antigos: a exploração das chamadas drogas da floresta e o aprisionamento de índios. O Brasil caboclo era fortemente influenciado pelo modo indígena de ocupação e exploração do território, acrescido, entretanto, de vários elementos do colonizador português. Se caracterizava pelo estabelecimento, prioritariamente, ao longo dos rios e a prática de uma agricultura camponesa ou a extração a partir da floresta de boa parte de sua subsistência. Sofreu – e ainda sofre – duas ondas de violência. A primeira foi a exploração dos seringais, que fez predominar a língua

² A relativa generalização de Darcy Ribeiro é um procedimento compreensível no contexto, analisando-se a cultura desse recorte territorial (os “brasis”) no tempo do processo civilizatório (dez mil anos) e em relação com a cultura global. Sob um olhar ou uma escala mais próxima, no tempo ou no espaço, não seria possível essa generalização. Se tratarmos de auto-definições (ribeirinhos, beiradeiros, colonos, camponeses e campesinos, castanheiros, seringueiros e arigós, os diversos povos originários, quilombolas, “cristãos”, etc), as explicações genéricas ficam ainda mais comprometidas.

³ Aqui, também, o olhar de Darcy Ribeiro é fiel ao seu tempo. As necessidades contemporâneas relativas aos serviços ambientais não foram devidamente valorizadas, bem como o uso das tecnologias pelas comunidades. De certo modo, é uma contradição com a adequação daquela cultura ao lugar, que o autor corretamente indicava como a maior qualidade de uma cultura.

portuguesa em detrimento da língua geral implantada pelos missionários, e que trouxe consigo, também, a riqueza efêmera das cidades. A segunda é a presente (e insistimos nesse “presente”, trinta anos depois da publicação do livro) expansão agropecuária e mineral que expulsa os caboclos e outros povos de seus locais de origem. Darcy Ribeiro destaca, ainda, o episódio da Cabanagem, que foi a única luta popular em que teve destaque a questão étnica, pois os cabanos já não se identificavam exclusivamente nem com as etnias formadoras, nem com o brasileiro.⁴

⁴ Apesar de identificar na revolta um potencial criativo e de valorizar seu aspecto popular, Darcy Ribeiro se permite mais essa generalização, cujos detalhes até hoje são objeto de estudo da historiografia (Amorim, 2022).

Em “O Povo Brasileiro”, Darcy Ribeiro usava o termo “caboclo” (assim como caipira, sertanejo, etc.) referindo-se à formação da maioria do povo da região, a fim de destacar as características que o tornam mais ou menos próximos das características gerais da brasilidade. O uso dos termos “crioulo”, “caboclo”, “caipira”, “sertanejo”, “gaúcho” ou “sulista” não tinham, evidentemente, qualquer conotação negativa na explanação darciniana. Sua preocupação era explicar a cultura popular e não a cultura erudita, portanto valorizava duplamente esses termos, sem temer que eventualmente pudessem ser mal-entendidos (até pelas próprias populações) como pejorativos. No caso do termo “caboclo”, há preocupações com seu uso nas ciências sociais (Pace, 2006). Mas, no presente contexto, entendemos que é possível adotar uma visão atualizada e positiva do termo, reforçando seus aspectos culturais e identitários, ao invés dos aspectos econômicos ou produtivos, em paralelo com o registrado para o termo “caipira” (Guerra, 2022).

Em sua longa trajetória pública, Darcy Ribeiro teve várias interfaces com o campo da arquitetura e urbanismo. Teve relações próximas com Oscar Niemeyer, João Filgueiras Lima (o Lelé), José Zanine Caldas, Alcides Rocha Miranda, entre muitos outros. Nos períodos em que deteve poder perante a máquina estatal, mobilizou a arquitetura para realizar importantes feitos, alguns dos quais se tornaram até símbolos nas cidades mais importantes do país, como a Universidade de Brasília e o “minhocão”, o Sambódromo e o Memorial da América Latina. Conhecia e fazia uso de ferramentas corriqueiras da arquitetura, como desenhos em planta, cortes, matrizes, programas de necessidades, circulações, escalas etc. Além de mobilizar a arquitetura para a realização de suas idealizações, também oferecia aos arquitetos temas e programas, eventualmente muito detalhados, que permitiram respostas tecnologicamente ou funcionalmente inovadoras. Outra abordagem da relação entre Darcy Ribeiro e a arquitetura é sua firme convicção sobre a vontade de

beleza, oriunda de suas obras etnológicas. E, por fim, pode ser considerado um crítico da arquitetura e urbanismo, ao estabelecer proposições críticas para seu desenvolvimento na América Latina (Ribeiro, 1975).

O “Projeto Caboclo”

Em uma espécie de síntese das suas ideias, fundindo a ação política com a interpretação do Brasil, visando ajudar na construção da Roma Tropical ou da civilização emergente latino-americana, o Projeto Caboclo foi uma das últimas produções darcinianas. Assustado com simulações computacionais que indicavam a “destruição da Amazônia até o ano 2050”, propôs como alternativa de ocupação um modelo inspirado na sabedoria milenar dos povos indígenas (Freire, 2007). Simulações que hoje poderíamos identificar como o “ponto de não-retorno”, que está próximo de chegar e só será identificável após seu acontecimento (Amigo, 2020). Há pelo menos nove indícios que Darcy Ribeiro não estava equivocado. Conforme Marques (2023), são eles: recordes no consumo de combustíveis fósseis, aumento de emissão de gases do efeito estufa, aquecimento global, desequilíbrio energético da Terra, acréscimo de 1,5º C em um mês até 2024, esse mesmo acréscimo em um ano até 2027, acréscimo de 2º C até 2050, pior impacto ambiental devido ao aquecimento e recorrência acima do previsto de episódios climáticos extremos. A maior evidência factual desses indícios é que no segundo semestre de 2023 e de 2024 aconteceram as duas maiores secas históricas na Amazônia. Também merece explicação o contexto político: vivia-se um momento de aplicação da cartilha neoliberal pelos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, que propugnava a integração competitiva no território nacional, em meio a episódios de massacres terríveis (Carajás, Ianomamis, Carandiru, Candelária, etc.). Os grandes projetos se vinculavam ao “Programa Brasil em Ação”, estruturados em “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID)” – com destaque para o Projeto Carajás, classificado por Valverde (1989) como “planejamento da destruição”. A Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA) era uma possibilidade real. Com a Amazônia se constituindo como “fronteira biotecnológica e mineral” (Silva, 2019), os processos que recaíam sobre o território, no limiar do século XXI, se constituíam como modernização reflexa, o que impede o desenvolvimento autônomo e dirigido ao povo (Ribeiro, 2000) ou, para referenciar uma análise *a posteriori*, uma modernização distópica do território brasileiro, como afirma Silva (2019).

Muito distante de tais projetos, a proposta exibida no Projeto Caboclo é classificada como utópica pelo próprio autor. Sonha, primeiramente, que a Amazônia poderia se tornar um destino turístico único, que proporcionaria aos visitantes “férias na mata, vivendo uma vida de índios” (Ribeiro, 1992, p. 66). Depois, pensa em cooperativas ou comunidades compostas por 50 famílias que fariam a exploração de frutas daquele bioma, além da piscicultura. Havia, ainda, um plano paralelo de exploração racionalizada de seringueiras, castanhais e madeirais nativos. Em ironia evidente, afirma que tais planos não prosperariam pois não gerariam “lucro e propina” (Ribeiro, 1992, p. 66). Porém a negação de projetos dessa ordem e a implantação de um projeto neoliberal destrutivo (como o que vicejou empedernido no país, entre 2018 e 2022, mas segue pautando as políticas públicas), resultaria no desalojamento das populações nativas e na destruição da mata para a instalação de campinas pobres, visando a exploração pecuária de produtividade questionável, para dizer o mínimo. Embutida na crítica deste modelo neoliberal vigente também há a constatação dos prejuízos causados pelos grandes projetos, como o de hidrelétricas.

A versão mais conhecida do Projeto Caboclo tinha o propósito de ocupar áreas ermas, com baixíssima densidade demográfica, o que é comum aos grandes projetos da Amazônia criticados anteriormente. Mas difere ao promover a utilização dos saberes próprios dos povos que se adaptaram por séculos (ou milênios) naqueles ecossistemas. O outro grande propósito era evitar a gradual e contínua destruição ambiental da Amazônia (Ribeiro e Araújo, 2023). Não é exagero contabilizar milênios de ocupação em modelos perenes (urbanos), bem como hoje se tem a noção de que o ambiente amazônico chegou a comportar entre oito e dez milhões de pessoas de maneira sustentável (Neves, 2022; Clement, 2015), ao invés dos dois milhões contabilizados na arqueologia antropológica de Betty Meggers, que fundamentou os estudos de Darcy Ribeiro.

As origens do projeto remontam a ideias de Carlos Araújo Moreira Neto, então antropólogo e pesquisador do Museu Emilio Goeldi, em Belém. Ex-aluno de Darcy Ribeiro, para ele as expressava em comunicação epistolar. Infelizmente a carta foi arquivada sem data, mas, pelos demais temas tratados, deve ter sido redigida em meados dos anos 1970, com o destinatário no exílio (disponível no acervo da Fundação Darcy Ribeiro [FUNDAR]). Depois, tais ideias se organizam em um estudo dos anos 1980, já denominado Projeto

Caboclo, com assinatura institucional da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa do Estado do Pará (FADESP), visando solicitação de financiamento. O projeto referencia a participação de Carlos Araújo de Moreira Neto, mas é assinado pelo presidente da própria Fundação. O procedimento determinado no projeto já era composto por duas fases, que visavam adequar o sentido genérico das proposições para as realidades locais que constituem o que chamamos de Amazônia. A primeira envolveria as pesquisas, dividida em subfases de estudos bibliográficos e de observações diretas *in loco*. A segunda fase se constituiria na implantação de projetos experimentais comunitários, com três exemplos: bosques frutíferos com exploração semi-industrial comunitária; criação comercial de peixes, tartarugas e jacarés em regiões lacustres; estabelecimento de criações semidomesticadas de espécies como capivaras, cutias e pacas em áreas insulares. Uma segunda versão, um pouco mais ampliada, foi apresentada à UENF, em 1994, assinada por quatro autores (Darcy Ribeiro, Mércio Pereira Gomes, Warwick Kerr e Carlos Moreira). A versão de 1995, que foi institucionalizada pela FUNDAR, é assinada também por Adélia Engracia de Oliveira, Lúcia Rangel, Ana Lange, Washington de Souza e perde a coautoria de Mércio Gomes. É o documento que viria a ser debatido no âmbito do mandato no Senado Federal.

É, portanto, um projeto que tem premissas aparentemente inconciliáveis na perspectiva capitalista corrente: o desenvolvimento econômico e social e a ocupação do território com a preservação da natureza e de modos de vida apenas estreitamente ligados ao capitalismo ocidental. Antecede em décadas as análises que marcam a data do ponto de não-retorno da devastação florestal (Amigo, 2020) ou da inversão da floresta da condição de receptora para emissora de gás carbônico (Gatti, 2021). Incorpora a crítica ao extrativismo de grande escala ou neoextrativismo (Gudynas, 2019), mas faz uso de uma forma atenuada do mesmo, em escala maior do que a familiar, mas menor do que a empresarial (Svampa, 2019). Sugere uma política social distributiva, mas condicionada a um modo de vida ou a certas contrapartidas sociais e comunitárias, o que pode ter inspirado os programas sociais Bolsa Escola e Bolsa Família, em 2001 e 2003, respectivamente. Ressalta a má qualidade de vida nas periferias das metrópoles amazônidas – e tinha como público-alvo justamente parte dessas comunidades, cuja origem cultural é cabocla, mas foi induzida a vi-

ver nessas periferias, por quaisquer motivos. E, por fim, prioriza a cultura que melhor se adequa às condições geográficas.

O projeto que seria efetivamente entregue ao Senado acrescenta outros aspectos na proposta. A cessão de terras não seria apenas daquelas áreas públicas sem destino (devolutas), mas também terras doadas por particulares ou desafetadas pelo Estado para esse fim. A primeira contrapartida social e comunitária seria a plantação da “roça coletiva de subsistência” e a construção do centro comunitário e das 50 residências, edificadas “segundo a prática cabocla de uso de madeira e folhas de palmeiras” (Ribeiro, 1992, p. 171-172). A argumentação acompanha um questionamento: porque não produzir na Amazônia o que já se produzia, na segunda metade dos anos 1990, nos estados de São Paulo e Minas Gerais, como a piscicultura e os madeirais? As vantagens desse “experimento ecológico” seriam incomensuráveis, no entanto se punha contrário aos interesses do “capital de retorno rápido” que se expandia (e segue se expandindo) na Amazônia.

A ideia de natureza como indivíduo, com seus direitos, é corrente em várias cosmogonias de povos originários. No entanto, sua incorporação em sistemas legais modernos é recente, como nas constituições do Equador e da Bolívia – justamente pela real participação desses povos nos processos constituintes (Gudynas, 2019). Essa simbiose entre a natureza e os povos que a habitam, ainda mais intrincada no caso amazônico, é que é aludida pelo projeto.

O anteprojeto encaminhado para discussão no Senado Federal⁵ (Ribeiro *et al*, S/D) continha alguns parâmetros adicionais, de ordem “científica e política”, fundamentados na biotecnologia, aplicados pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ) e apoiado pelo Museu Emílio Goeldi, o Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) e outros congêneres internacionais. Os investimentos seriam realizados prioritariamente em campo (85% do total, no mínimo), sendo que a sede (no Rio de Janeiro) daria apenas as atividades de administração financeira e “alta orientação científica”. Essa seria formada por uma equipe multidisciplinar de antropólogos, ecólogos e biólogos, liderados por Darcy Ribeiro, Warwick Kerr, Mércio Gomes e Carlos Moreira.

Detalhava, mas ainda sem mapeamentos ou tabulações, as produções possíveis (cupuaçu, açaí, bacuri, madeiras, sucos, sorvetes, castanhais, animais se-

⁵ O documento está disponível no site do Instituto Socioambiental: (<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/projeto-caboclo-um-plano-alternativo-de-ocupacao-da-amazonia>).

midomesticados etc.), os aspectos do modo de vida (tempo de trabalho, remuneração, cotidiano) e o arranjo cooperativista (produção, manutenção, gerenciamento) em três tipos iniciais de arranjo. O “primado da existência comunitária” e a “manutenção do meio ambiente” seriam princípios para a criação de novos tipos de arranjo, que se adequariam às especificidades locais de uma região com realidades internas tão distintas (a Amazônia). As cooperativas teriam em média 50 famílias, pelo menos 5 mil hectares e, quando operacionais, poderiam se desdobrar em novas cooperativas, tanto com apoio estatal como por programas privados. Cada pré-projeto seria confeccionado de 9 a 12 meses, seguidos da fase de implantação, com duração de 5 a 7 anos. A primeira fase teria custo em torno de 250 mil dólares e a segunda fase em torno de 680 mil dólares, incluindo a construção das estruturas edificadas (em valores atualizados para dezembro de 2024, praticamente o dobro).

Em 10 de fevereiro de 1997 publicou em sua coluna semanal na Folha de São Paulo um breve artigo sobre o Projeto, informando que obteria a ajuda de “organizações internacionais, de empresas nacionais e do governo” (Ribeiro, 1997). Dizia:

A Amazônia constitui uma das maiores preocupações da gente de toda a Terra. Todos queremos salvá-la, tanto a floresta maior do mundo que é o Jardim da Terra quanto, e sobretudo, os povos da floresta (Ribeiro, 1997).

Aproveitando o ensejo, para desenvolver e complexificar o Projeto Caboclo, Darcy Ribeiro organizou, via FUNDAR, um Simpósio da Amazônia, que ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1997, uma segunda-feira, entre 10 e 15 horas (ver figura 1). Quinze especialistas, um de cada área considerada chave para o trabalho, se reuniram em Brasília e apresentaram suas capacidades e especialidades sobre o tema, que poderiam ser utilizadas para a confecção de um futuro projeto piloto. A abertura ficou a cargo de Carlos Araújo Moreira Neto e a mesa foi presidida por Warwick Kerr. João Filgueiras Lima, o Lelé, foi o representante da área de arquitetura. Foi convidado e provavelmente estava presente, pois confirmou antecipadamente a ida à Brasília, mas não existe uma lista de presença nos acervos da FUNDAR. Todos esperavam por Darcy Ribeiro, mesmo sabendo que o senador encontrava-se hospitalizado. Mas sua visita não foi possível pois, no final daquela tarde, logo depois do horário da reunião, terminara a aventura terrena do senador. A segunda reunião, que seria realizada em Belém/PA, nunca aconteceu (Moreira, 2022, p. 44).

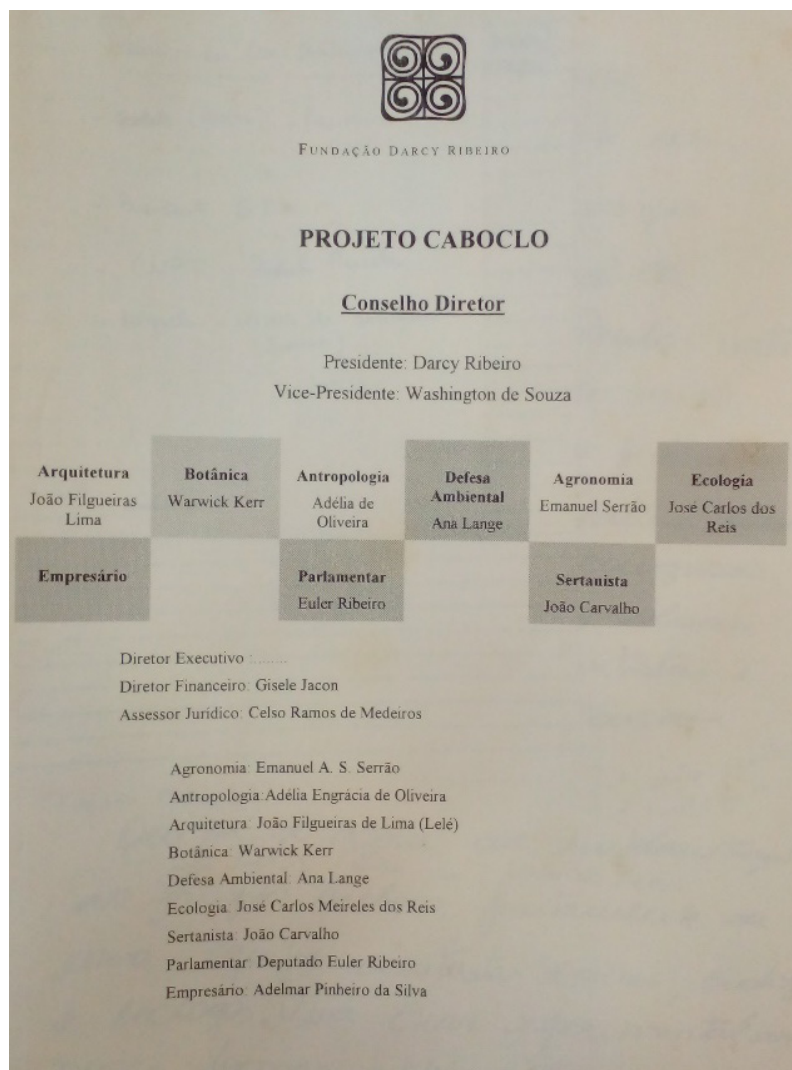


Figura 1
Documento preparatório do evento de 17 de fevereiro de 1997. Fonte: acervo FUNDAR (fotografia do autor).

Ainda que breve (apenas 17 páginas, com a capa), o Projeto Caboclo fundia, em uma intervenção que poderia ser real no território, elementos ancestrais do modo de vida, mesmo passados por um crivo organizador de caráter científico (na concepção ocidental ou clássica do termo), o que incluiria os benefícios resultantes dos processos de modernização, relativos à comunicação, transporte, saneabilidade etc. Na escala do cotidiano, a comunidade estaria plenamente integrada no modo de vida ancestral e ao meio natural, desfrutando de uma qualidade de vida que poderia ser exemplar para comunidades instaladas no mesmo bioma. Na escala mais distante, do sustento em tempos de crise ou de integração a uma comunidade nacional, estaria vinculada a estrutura organizacional do país, como um programa de Estado. Se visto a partir do conceito de Brasil caboclo, o projeto soa pouco in-

tervencionista, respeitável, mas ainda impregnado de uma visão relativamente paternalista. É um excelente início de discussão, absolutamente coerente com as bases que poderiam resultar na utopia darciniana – a América Latina como Roma Tropical da civilização emergente – bem como a prévia de um epílogo para a obra de Darcy Ribeiro. Infelizmente, por ser um documento tão sucinto, não nos permite conclusões incisivas, mas desperta, sem dúvidas, enorme curiosidade.

Cabe informar, ainda, que a ideia encontrou repercussão antes mesmo de ser consolidada. Em janeiro de 1997 o Prefeito do Município de Tabatinga/AM já havia encaminhado ofício ao gabinete do senador oferecendo áreas para a implantação de um dos projetos modelo. Entremeados a documentação relativa ao projeto, no acervo da FUNDAR, se encontram papéis e informações a respeito da Reserva Extrativista Arapiuns-Tapajós, em Santarém/PA, com notas sobre quantificação de áreas e organizações comunitárias ativas, incluindo contatos de dirigentes. Também se encontra o material de um workshop referente à recuperação de Fordlândia (em Aveiro/PA) e de Belterra/PA (também com notas e números telefônicos), as frustradas operações de produção de borracha que Henry Ford tentara implantar na região do Rio Tapajós, ambas próximas à Santarém. Mas faltou tempo.

Um novo “Projeto Caboclo”?

Além da curiosidade histórica e científica, o Projeto Caboclo também desperta a reflexão sobre as possibilidades reais da proposta. Na atualidade se faz ainda mais necessário o enfrentamento ao avanço do capital monopolista, que segue destruindo a floresta e cooptando ou expulsando as comunidades tradicionais (Bassi, 2022). Não é objetivo deste artigo estabelecer um diagnóstico atualizado da problemática da região, então, para obter-se um quadro bastante completo, recomenda-se o acesso das informações disponibilizadas pela Rede Amazônica de Informações Socioambiental Georreferenciada (RAISG), por meio do sítio de internet www.raisg.org. O quadro atual é de enorme pressão contra todas as comunidades tradicionais que se assentam sobre o território, mesmo nas áreas declaradas como protegidas. Pressão exercida pelos diferentes formatos do capital monopolista: pecuário, sojicultor, extrator de ouro, minerador de grande porte, especulador imobiliário, turismo, etc. Simultaneamente, as metrópoles locais seguem superpovoadas e precárias. Os dados dos censos nacionais realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentam um acréscimo de popu-

lação na Região Metropolitana de Belém de 52% na década de 1980, 33% na década seguinte, 34% na década de 2000, 17% na década de 2010, e quase 13% na última década. A cidade de Manaus expandiu, nos mesmos períodos, 105%, 57%, 39%, 28% e 15%. Outras cidades importantes também passam pelo mesmo processo de elevado crescimento e periferização: Porto Velho, Parauapebas-Canaã dos Carajás, Boa Vista, cada qual com suas particularidades. A condição geo-histórica das cidades amazônicas foi estudada por Becker (2013). Outro panorama recente é oferecido por Cardoso (2023), em texto no qual alguns casos também são expostos. O equacionamento dos problemas urbanos é uma questão em aberto e urgente – independentemente do porte da área urbana (Ponte, 2022). O percentual de habitantes em áreas favelizadas é alto e precário (Mota, 2024), a despeito do censo do IBGE não adequar seus parâmetros regionalmente. As condições culturais colocam-se em disputa, nas cidades e fora delas. O avanço de uma cultura exógena, vinculada à pecuária e à soja, tem formado uma arena cultural (Gorelik e Peixoto, 2019).

Contudo, do outro lado há resistência. As diversas formas comunitárias que Darcy Ribeiro classificou como caboclas e os povos originários seguem construindo seus modos de vida a partir de seus saberes. No sentido oposto dos ataques contra os povos, as suas expressões culturais e a organização têm se enraizado e aprimorado constantemente (Zibechi, 2022). Do ponto de vista estatal, depois de um período em que aqueles que deveriam ser os responsáveis pela manutenção da natureza posavam alegremente diante de cenários de devastação, é revigorante o reestabelecimento do ministério responsável pelo meio ambiente, agora denominado Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Nos níveis continental e global, os esforços de articulação têm sido valorizados, como nas ações da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e no agendamento da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que ocorrerá em novembro de 2025 em Belém. É muito claro que das palavras à ação ainda parece haver uma grande lacuna, afinal o capital monopolista segue avançando contra as comunidades, mas o quadro político do momento apresenta-se menos refratário a projetos progressistas.

Hoje, seria auspicioso para um novo “Projeto Caboclo” ao invés de se submeter a uma direção científica distante – mesmo que de intenções nobres, como na proposta original –, a possibilidade de se vincular às universidades no próprio território. Atualmente são

dez universidades federais sediadas na Região Norte do país ou treze na Amazônia Legal, onde também se instalam oito universidades estaduais, que no total oferecem oito cursos públicos de Arquitetura e Urbanismo. Este espraiamento e consolidação do sistema universitário evidencia que, no presente, o diálogo entre o saber das comunidades e o saber acadêmico (premissa essencial para a proposta original de Darcy Ribeiro) pode ser organizado de modo mais descentralizado e com maior proximidade dos territórios. Os arranjos produtivos que apareciam de modo muito incipiente no projeto original já têm sido estudados de modo sistemático, como o cupuaçu (Pulgarin *et al.*, 2024); o açaí (Silva, 2021) e a andiroba (Rufino *et al.*, 2024), apenas para nos atermos a três exemplos, que efetivamente aparecem no Projeto Caboclo.

Entretanto, algumas das áreas de interesse, mencionadas nos documentos dos anos 1990 ou anotadas nos cadernos de Darcy Ribeiro (disponíveis na FUN-DAR), se modificaram bastante. Belterra está no eixo de expansão da cultura sojifera de exportação, que avança até o território urbano (Figueiredo, 2022). A Reserva Extrativista (Resex) Arapiuns-Tapajós tem desenvolvido o turismo de base comunitária, mas sofreu nos últimos dois anos secas que causaram dificuldades extremas de locomoção (Programa Saúde e Alegria, 2024). Na margem esquerda do Rio Arapiuns, fora da área de Resex, avançam os empreendimentos de turismo de alto padrão. De Tabatinga, as principais notícias veiculadas na mídia nacional são a negligência do poder público e o avanço do narcotráfico (Bond, 2023). Estas são diferentes expressões do avanço da sociedade nacional sobre o território amazônico, que também interferem no modo de ocupar o território, junto ao capital monopolista.

Outra classe de áreas visadas pelo Projeto Caboclo original eram as áreas devolutas, algumas delas inabitadas, e destinadas por lei à reforma agrária (lei 8.629/1993). Não há informação precisa sobre as terras devolutas nas bases de dados governamentais, mas Oliveira (2010, pg. 299) informa que totalizam mais de 300 milhões de hectares, sendo que a região norte detém mais de 80 milhões de hectares. A distribuição das terras devolutas tem servido para a maioria dos programas de assentamentos rurais e, em alguns casos, para a criação de unidades de conservação ambiental ou o estabelecimento de terras indígenas. Um novo modelo de posse ou propriedade poderia ser incorporado nos planos de uso das áreas devolutas, em concordância com as premissas de um novo modelo de Projeto Caboclo, que tenha bases co-

munitárias, ao invés da propriedade privada da terra. Ir além da gestão territorial compartilhada, premissa presente no projeto original, para um modelo endógeno, assessorado pela universidade.

Algumas pistas importantes são oferecidas por Abramovay (2022), em um contexto de transição: a natureza servindo como infraestrutura, a economia do cuidado, a infraestrutura do uso sustentável da sociobiodiversidade florestal e a relação entre instituições, organizações e marcas de qualidade. Outras por Costa et al. (2022): uma bioeconomia amazônica, que privilegie a conservação do ativo florestal, com investimentos em infraestrutura sustentável, inserção das cidades nos ciclos produtivos, regularização e ordenamento do território e reconhecimento das contribuições econômicas dos povos indígenas e tradicionais. Igualmente são oferecidas por Cardoso e Pereira (2023), que defendem a criação de novas modalidades de políticas públicas que se assentem na realidade, cultura e lutas regionais ou, mais objetivamente: “considerar a dimensão interseccional das políticas públicas”; “observar a presença do rural [...] e do étnico”; “valorizar o papel das cidades médias [...] e das capitais regionais”; “considerar a insuficiência dos instrumentos contidos no Estatuto das Cidades e no Estatuto das Metrôpoles” e “prever no orçamento federal a dotação de recursos para as cidades da região”; entre outros pontos. E, fechando essa pequena amostragem, mas muito distante de esgotá-la, citamos Becker (2013, pg. 61), que propõe “cidades associadas a cadeias produtivas completas”.

O planejamento e a ocupação de territórios de baixa densidade são temáticas que poderiam ser mais exploradas, prospectivamente, no campo da arquitetura e urbanismo. Um novo Projeto Caboclo poderia conter iniciativas inovadoras quanto a aspectos urbanísticos, arquitetônicos ou infraestruturais. As proposições de planejamento e distribuição dos edifícios se adaptariam firmemente às condições do terreno – específicas para cada caso – e, com igual importância, se configurariam a partir dos modos de vida tradicionais do território, que também são variáveis conforme a região. Os tipos e tipologias das diferentes regiões da Amazônia seriam um ponto de partida de grande potência para o novo projeto (Perdigão, 2009 e 2016, Cardoso e Lima, 2006; Vicente e Cardoso; 2020). Ainda sob a premissa de valorização dos saberes estabelecidos e com a orientação científica das universidades, já detentoras de grande saber acumulado sobre a cidade amazônica (Cardoso *et al.*, 2020), seriam definidas a conformação das vilas e a seleção dos materiais dis-

poníveis para construções. Com base nos estudos regionalizados de arranjos produtivos e sociais, seriam definidos os programas ligados às atividades comunitárias e os produtos priorizados, bem como as vias de escoamentos de produção. Um aspecto com grande potencial de inovação seriam os modos de comunicação da comunidade com as comunidades do entorno e o restante do território nacional, de modo a evitar políticas rodoviaristas. As necessidades infraestruturais poderiam ser inovadoras, ambientalmente adequadas, evitando o estabelecimento de eixos físicos rígidos, executados com materiais impactantes como a brita, o asfalto e o cobre, por exemplo, ou baseados no consumo de combustíveis fósseis.

Os aspectos arquitetônicos poderiam ser definidos a partir de uma dupla inserção: o modo tradicional de construir nas comunidades do entorno; e tecnologias que reduzam a manutenção e ampliem a segurança sanitária. O desenvolvimento e a inovação das formas, materiais e processos seria realizado a partir do próprio território, da própria gente, com seus métodos e fundamentado no modo próprio de pensar o habitat. Ou seja, uma arquitetura e urbanismo epistemologicamente construída a partir de parâmetros locais.

O próprio território pode apresentar potencialidades quanto às técnicas infraestruturais. Um exemplo arqueológico é a formação das “terras pretas” a partir dos assentamentos dos povos pré-colombianos na Amazônia. Formados a partir do assentamento humano estabelecido por longo período nos mesmos locais, esses solos são extremamente férteis. Sua constituição é uma demonstração de adequação ecológica, aos poucos substituída pelos modelos de ocupação estabelecidos após a invasão europeia. Essa adequação, que para Darcy Ribeiro é o aspecto mais importante do processo civilizatório (Ribeiro, 1975), só pode ser construída a partir do próprio lugar. No caso amazônico, bem explica o arqueólogo Eduardo Góes Neves (2022, pg. 189):

Tal ideia [o princípio de incompletude] está baseada em premissas de escassez, de que algo essencial está sempre faltando, mas talvez incompleta seja nossa capacidade de entender a Amazônia, sua história e sua natureza em seus próprios termos.

Como demonstram esses breves parágrafos, a reflexão sobre a retomada de um projeto dessa natureza seria muito oportuna para demonstrar a potencialidade de outros modos de vida, que podem ser mais saudáveis, menos influenciados pelas flutuações da economia capitalista contemporânea e, ainda assim,

possibilitar interfaces culturais e o progresso comunitário. A despeito da falta de detalhamento, os princípios norteadores daquele projeto ainda são válidos: a universidade a serviço dos povos; o planejamento do uso das terras públicas; a responsabilidade e o direcionamento do investimento estatal; o respeito aos povos e o aprendizado a partir dos saberes locais; a manutenção da floresta em pé; a adequação das instalações, construções e infraestruturas à realidade socioecológica; o combate à periferização das metrópoles; e a valorização do sentido de comunidade, coletividade e solidariedade. Nesse sentido é que o Projeto Caboclo é mais do que um simples documento histórico. É um indício de que o problema não reside na ideia de “projeto”, mas em quem são seus autores.

Pensar em grandes projetos estatais só é anacrônico se são impostos em processos de colonização interna ou externa, o que infelizmente, é recorrente até hoje nos projetos que se implantam na Amazônia, como na construção de Belo Monte (Freire *et al.*, 2018), na exploração de petróleo sugerida para a foz do Rio Amazonas (Ribeiro e Araújo, 2023) ou outras facetas, reunidas e comentadas por Porto-Gonçalves (2017). Uma novidade, com plenos potenciais de debate e de realização, seria o desenvolvimento de um grande projeto que se apoia no que a Amazônia já é.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. São Paulo: Elefante, 2022.
- AMIGO, Ignacio. When will the Amazon hit a tipping point? 25/02/2020. *Nature*, ed 578, 505-507 (2020). <https://doi.org/10.1038/d41586-020-00508-4>.
- AMORIM, Terezinha. *Sinopse histórica do baixo Amazonas e Tapajós*. Belém, Paka-tatu, 2022.
- BASSI, Bruno S. *Oligarquias armadas: empresas que protagonizam conflitos agrários*. Dossiê, 2022. De olho nos ruralistas / Observatório do agronegócio no Brasil. Outubro, 2022.
- BECKER, Bertha K. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro, Garamond, 2013.
- BERNARDES, Sérgio. Archipiélago Brasileiro: todo Brasil conectado por medio de acueductos. In: *Plot*, Buenos Aires, jul/2021, ed. esp.nº 15 – Paisage. Texto original de 1970.
- BOND, Letycia. Tabatinga: cidade mostra negligências em cada esquina. In: *Agência Brasil de Notícias*. Publicado em 01/03/2023. Acessado em 13/02/2025. Disponível em: www.agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/tabatinga-amazonas-cidade-mostra-negligencias-em-cada-esquina. 2023.

CARDOSO, Ana Cláudia D.; LIMA, José J. F. Tipologias e Padrões de Ocupação na Amazônia Oriental. In: Ana Cláudia Duarte Cardoso. (Org.). *O Urbano e Rural na Amazônia*. 1ed. Belém: Editora da UFPA, 2006, v. 1, p. 55-93.

CARDOSO, A. C. D., LIMA, J. J. F., PONTE, J. P. X., VENTURA Neto, R. S., & RODRIGUES, R. M. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, jan-jul 2020, n. 12, e20190275. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190275>. Acessado em 14 fev. 2025.

CARDOSO, A. C. D. A trama dos povos da floresta: Amazônia para além do verde. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 57-87, 2023. DOI: 10.35699/2316-770X.2021.46237. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/46237>. Acessado em 18 abr. 2025.

CARDOSO, A. C. D., PEREIRA, J. C. M. Manifesto de Lançamento do AMAZONICIDADES : Observatório das Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos. *Revista Amazônia Moderna*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2023. DOI: 10.20873/out2023_1. Disponível em: https://doi.org/10.20873/out2023_1. Acessado em 18 abr. 2025.

CLEMENT, C. R. et all. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B*. Vol. 282, Is. 1812. 7 ago. 2015. <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>.

COSTA, Francisco de Assis et al. *Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical*. Texto para discussão. São Paulo, Brasil: WRI Brasil. Data: jun. 2022. Disponível online em: <https://doi.org/10.46830/wriwp.21.00168pt>. Acessado em 17 abr. 2025.

FIGUEIREDO, Annelise R. *Nos corpos e nos territórios: impactos do agronegócio de soja e milho em Belterra-PA*. 2022. 226f. Tese de Doutorado (Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Dez anos sem Darcy*. In: Blog Taquiprati. Publicado em: 04 fev. 2007. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/152-dez-anos-sem-darcy>. Acessado em: 14 abr. 2023.

FREIRE, Luciana M.; LIMA, Joselito S.; SILVA, Edson V. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. *Sociedade e natureza*; 30 (3) • Sep-Dec 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/SN-v30n3-2018-2>. Acessado em: 14 fev. 2025.

GATTI, Luciana Vanni et al. Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. In: *Nature*. Vol. 595, 388-393, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>. Acesso em: 06 out. 2023.

GORELIK, Adrián e PEIXOTO, Fernanda A. *Cidades sul-americanas como arenas culturais*. São Paulo: SESC SP, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2009.

GUERRA, Luiz Antonio. Os significados de caipira. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 34, n. 2, mai-ago 2022. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.194654>. Acessado em: 18 abr. 2025.

MARQUES, Luiz. *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. São Paulo, Elefante, 2023.

MOREIRA, Gisele Jacon A. Para lembrar Darcy Ribeiro. In: COSTA, João Batista de Almeida (org.). *Darcy Ribeiro: o homem e suas peles*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2022.

MOTA, Camilla V. A Manaus dos rios 'zumbis', onde mais da metade da população vive em favelas. In: BBC News Brasil. Publicado em: 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clyg854r9g9o>. Acessado em: 17 abr. 2025.

NEVES, Eduardo G. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu; EDUSP, 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma no governo Lula. In: V.A. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PACE, Richard. Abuso científico do termo 'caboclo'? Dúvidas de representação e autoridade. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 3, p. 79-92, set-dez. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222006000300004>. Acessado em: 18 abr. 2025.

PERDIGÃO, Ana K. A. Considerações sobre o tipo e seu uso em projetos de arquitetura. *Arquitextos*. São Paulo, ano 10, v. 114, p. 257-264, 2009. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revista/read/arquitextos/10.114/14. Acessado em 14 fev.2025.

PERDIGÃO, Ana K. A. Tipo e tipologia na palafita amazônica na cidade de Afuá. In: *Virus*, São Carlos, nº 13, 2016. Disponível em: www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=48&item=2&lang=pt. Acessado em 14 fev. 2025.

PONTE, Juliano P. X. Aspectos do urbano na Amazônia. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/aspectos-do-urbano-na-amazonia/>. Publicado em 10 jun. 2022. Acessado em 17 abr. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Amazônia, encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PULGARIN, Maria G. S., Carvalho, Caio G. C., Lima, Renato A., Coutinho, Taciana C. Análise socioambiental do arranjo produtivo do cupuaçu em Benjamin Constant, Amazonas. *Revista Informe Gepec*, ISSN-e 1679-415X, Vol. 28, Nº.1 2, 2024, págs. 9-28. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9708373>. Acessado em: 14/02/2025.

PROGRAMA SAÚDE E ALEGRIA. Seca recorde: aldeias do Rio Arapiuns recebem filtros com nanotecnologia para tratamento de água. In: *Programa Saúde e Alegria*. Publicado em 22 nov. 2024. Acessado em 14 fev. 2025. Disponível em: www.saudeealegria.org.br/redemcoronga/seca-recorde-aldeias-do-rio-arapiuns-recebem-filtros-com-nanotecnologia-para-tratamento-de-agua. 2024.

REGO, Renato. Utopia e urbanismo funcionalista na transamazônica. In: *Seminário de história da cidade e do urbanismo. Cidade, arquitetura e urbanismo: visões e revisões do séc. XX*. XIV ed., 2016, Pg. 41-50, São Carlos. 2016.

RIBEIRO, Darcy. Introducción. In: SEGRE, R. *América Latina en su arquitectura*. México DF: Siglo XXI, 1975

RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. 2ª ed. São Paulo, Siciliano, 1992.

RIBEIRO, Darcy. Projeto caboclo. In: Coluna opinião, *Folha de São Paulo*, ed. 10/02/1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz100207.htm>. Acessado em: 14 fev. 2025.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (original de 1968).

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (original de 1995).

RIBEIRO, D., KERR, W., GOMES, M. e MOREIRA, C. *Projeto Caboclo: um plano alternativo de ocupação da Amazônia*. Brasília, S/D. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/projeto-caboclo-um-plano-alternativo-de-ocupacao-da-amazonia>. Acessado em: 04 mai. 2023.

RIBEIRO, Renan J.; ARAÚJO, Ranielle L. P. Análise comparativa entre a exploração e produção de petróleo e gás natural na margem equatorial brasileira e seus aspectos ambientais. In: *Congresso Nacional do Meio Ambiente: o futuro da humanidade: sustentabilidade em questão*, 20ªed., 2023, Poços de Caldas. 2023.

RUFINO, J. P. F.; CARNEIRO, S. B.; CHAVES, F. A. de L.; MENDONÇA, M. A. de F.; SILVA JUNIOR, J. L. da; COSTA NETO, P. de Q. Diagnóstico produtivo e econômico da cadeia produtiva do óleo de andiroba no Amazonas. *Observatorio de la economía latinoamericana*, [S. l.], v. 22, n. 5, p. e4444, 2024. DOI: 10.55905/oelev22n5-001. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4444>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, Carlos A. Franco. *A modernização distópica do território brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, Harley. A economia do açaí em Belém/PA: vida urbana e biodiversidade em uma experiência singular de desenvolvimento econômico. *Novos Cadernos NAEA*. v. 24, n. 3, p. 259-286, set-dez 2021, ISSN 1516-6481 / 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/download/10540/8104>. Acessado em 14/02/2025.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Brasília: Ed. UnB, 1989.

VICENTE, Letícia. R.; CARDOSO, Ana Cláudia D. Tipologias espaciais da várzea amazônica: estudo morfológico de assentamentos em Afuá (PA). *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 96–112, 2020. DOI: 10.21680/2448-296X.2020v-5n3ID20390. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/20390>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em Rebeldia*. São Paulo: Elefante, 2022.